

# UMA REFLEXÃO DOS CONCEITOS: CIDADANIA, EDUCAÇÃO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NA VISÃO DE SÓCRATES, PLATÃO, ARISTÓTELES E ROSSEAU

ÍTALO EMANNUEL DUARTE ALEXANDRE<sup>1</sup>

KILZA FERNANDA MOREIRA DE VIVEIROS<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo trata de examinar a construção dos conceitos: cidadania, educação, pobreza e exclusão social tomando como referência as construções filosóficas dos três principais representantes da filosofia clássica grega - Sócrates, Platão e Aristóteles. Em seguida, fazemos uma análise temporal destacando a compreensão desses termos no teórico da modernidade, Jean-Jacques Rousseau, sinalizando, de maneira despretensiosa, os aspectos que o aproximam do pensamento Aristotélico. A tese sob a qual trabalhamos e submetemos à análise do leitor é a de que esses conceitos, ao longo de todo o processo histórico sobre o qual transitam as ideias de cidadania e educação, ainda estão em processo de construção, uma vez que, no campo prático, não atingiram a máxima de suas eficiências. Tomamos como um suporte teórico complementar, a essa noção do devir de tais conceitos, as reflexões de Edgar Morin acerca da miséria mental dos supostamente desenvolvidos, da natureza humana, sua identidade, os desafios que temos de enfrentar diante da crise de paradigmas que perpassa as relações humanas e suas conquistas no campo da constituição dos direitos de cidadania, de uma educação de qualidade para todos e uma melhor distribuição dos bens produzidos pelo mundo civilizado.

**Palavras-chaves:** Cidadania. Educação. Pobreza. Exclusão social.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma compreensão mínima do que sejam os termos cidadania, educação, pobreza e exclusão social para os que vivem às margens dos sistemas políticos requer um olhar sobre construções - ao longo da história - capazes de capturar a gênese desses conceitos ou categorias, no mesmo instante em que as cidades e/ou as polis se constituíram como tais; do mundo antigo ocidental às mais recentes, cujas origens remontam à criação do Estado Moderno. Uma noção do humano, na sua complexificação social, remete-nos ao pensamento de Morin a respeito da hominização como uma aventura de milhões de anos, descontínua e profícua, na sua trajetória rumo ao desconhecido. O hominídeo humaniza-se sob a dupla dependência de princípios: um biofísico e outro psico-sócio-cultural.(MORIN, 2000). Neste trabalho, procuraremos examinar a concepção de homem, o manuseio das supramencionadas

---

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: italoalex1@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: kilza.fernanda@hotmail.com

ferramentas conceituais que fundamentam este artigo, nos intervalos distintos da formação das cidades no período clássico grego e no período da construção do Estado Moderno. Apoiamo-nos no pressuposto teórico-metodológico que equivale em indicar diferenças, distâncias ou similitudes entre as ideias dos teóricos escolhidos neste trabalho e as que permeiam as realidades do mundo contemporâneo globalizado. Defendemos que as mesmas recebem tratamentos equivalentes, nos diferentes períodos da História do Pensamento Ocidental, funcionando como portas vozes oficiais do discurso das classes dominantes sobre as demais e estabelecendo uma estreita conexão com os problemas enfrentados na contemporaneidade. A escolha deste tema se deu por acharmos de extrema necessidade uma melhor compreensão destes conceitos, a fim de que entendamos qual a clientela que os mesmos representam, o tipo de influência que exercem na vida de cada um de nós e as representações sociais que vão se sedimentando em torno desses domínios.

Para a fundamentação deste artigo escolhemos a pesquisa bibliográfica, apresentando, inicialmente, uma análise das ideias construídas pelos três maiores filósofos do pensamento clássico grego a respeito de um senso moral de justiça voltado à construção de uma educação cidadã (de caráter elitista). Sócrates fundamenta sua moral na alma, entendida por ele como atividade cognoscitiva e realizadora do próprio conhecimento. De Platão, destacamos a noção de um mundo inteligível das ideias, destacando a virtude como a razão maior da alma. Aristóteles interessa-se mais pelo aspecto prático e por uma sistematização do conhecimento. Para esses três filósofos o homem, inserido no social, torna-se o centro de toda a investigação, registrando as primeiras noções de esfera pública e privada na organização de um conceito sobre Estado como representante de toda a coletividade. No final desse primeiro tópico, trazemos uma leitura sobre a pobreza no período da formação do pensamento grego relacionando-o com o pensar moderno e contemporâneo.

Em seguida, abordamos a proposição do *homem natural* em Rosseau, que busca uma solução para a problemática de tornar o homem capaz de viver na sociedade sem que essa experiência forçosamente o corrompa, transformando-o num homem artificial e desnaturado. O Estado de Rosseau se instaura a partir da primeira legitimação de propriedade - momento em que surge e se potencializa a desigualdade entre os homens. Do *Contrato Social* depreendemos e esboçamos algumas observações, insatisfações e angústias que se nos acometem ao verificarmos um descuido – talvez, não intencional - na contemplação de outras camadas sociais menos expressivas, uma vez que Rosseau sinaliza para as desigualdades entre

os homens. Apontamos, neste tópico, as mudanças ocorridas no campo da política e da educação, com a criação da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão e da Declaração dos Direitos da Mulher.

Na contextualização apresentamos nossas reflexões e inquietações sobre como esses conceitos se estruturaram em cada época, a força que os mesmo carregam enquanto categorias do pensamento científico organizado, suas falhas, virtudes e tentativas de domesticação do pensamento coletivo. Verificamos que enquanto as relações humanas forem regidas sob a égide do poder de algumas classes sobre as demais, continuaremos construindo modelos distorcidos de realidades. São forças sutis - que atravessam toda a construção histórica do pensamento - que precisam ser repensadas, questionadas e redimensionadas por todos.

Nas considerações finais, fazemos um alerta para a forma como lidamos com essas categorias supracitadas e de como estes conceitos necessitam ser reexaminados e repensados, a fim de fugirmos das armadilhas mentais que não nos deixam vislumbrar o infinito das possibilidades de se construir a história sob a ótica do coletivo.

## **2 O PENSAMENTO DE SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ.**

Compreendemos que a ideia de política e justiça para o homem ocidental reporta-nos às primeiras experiências do pensamento grego, na construção de uma metafísica dos costumes, das primeiras noções sobre o bem, dos princípios norteadores da constituição de um mundo inteligível gerador de proposições e diálogos capazes de aproximar o homem de uma perspectiva universal do pensamento; tal homem, constituído de um espaço social sobre o qual é capaz de influenciá-lo e, ao mesmo tempo, receber influência do mesmo - porém carregado de um sentido dialético, da desconstrução de um discurso pronto e acabado sobre as coisas (partindo da maiêutica socrática, através de perguntas e respostas, chegamos à verdade que está em cada um de nós). É através da dialética que o mundo se constrói e se sustenta como tal. Desse período, destacamos Sócrates, Platão e Aristóteles que apresentavam ferramentas e métodos, onde seus discípulos eram lapidados mediante rigorosa preparação metódica e dialética. Através do mito, Sócrates e Platão, buscam uma clarificação no *logos* e esse *logos* busca complementação no mito. Para esses dois pensadores, a sabedoria humana consiste na busca de justificação filosófica da vida moral. Dessa forma, Sócrates compreende

que a educação do espírito está acima de qualquer meta na vida e está intimamente ligada à capacidade que o homem tem de superar através do bom diálogo, pregando a não-violência. A liberdade consiste no exercício do *domínio da própria racionalidade sobre a própria animalidade*. (REALE; ANTISERI, 2003, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o homem é o verdadeiro construtor de sua felicidade ou infelicidade. Platão, discípulo de Sócrates, diz que a essência das coisas está num mundo extra-sensível e “[...]aprender, diz ele, não é outra coisa senão recordar.”(PLATÃO, 1983, p.76). O mundo físico é constituído de cópias imperfeitas daquilo que realmente existe no plano das ideias. O mundo sensível, nesta linha de pensamento, só se explica mediante o recurso ao suprassensível. Platão é o primeiro filósofo a tratar o conceito de *Bem* do ponto de vista ontológico<sup>3</sup>, apresentando-o como o princípio e medida suprema de todas as coisas, do qual se sustentam todas as outras realidades. O esquema de mundo - em Platão - é a negação do que se vê por algo que está além do observável, num mundo inteligível e sem falhas, onde uma inteligência primeira atua sobre aquilo que enxergamos com os olhos físicos. Deus se apresenta como a razão e alma do mundo sensível (mundo real) e extra-sensível (mundo ideal). (REALE; ANTISERI, 2003).

Como um discípulo de Platão, Aristóteles distancia-se um pouco do método dialético-dialógico, interessando-se mais por uma sistematização do conhecimento, abrindo mão do componente místico-religioso-escatológico do mestre. Aristóteles envereda sua linha de pensamento, conforme Hourdakis (2001), num âmbito mais crítico e realista - onde alia teoria e prática. Tais correntes são de extrema pertinência à compreensão das diversas problemáticas da educação na contemporaneidade. No pensamento aristotélico encontramos elementos demarcativos daquilo que se entendia por *polis* ou cidade-estado, das relações desta com a família e a sociedade na constituição de uma moral e educação. “[...] a cidade-estado era onipotente, e seu interesse se identificava com o interesse dos indivíduos-cidadãos. Ela dispunha deles como quisesse e era responsável pelo futuro deles [...] a cidadania era um direito reservado a um número restrito de indivíduos.” (HOURDAKIS, 2001, p. 16).

Destacamos - para o nosso exame - o momento em que a pólis surge no discurso de cada um desses três filósofos como um instrumento de controle e ajuste do cidadão grego. Conforme o mencionado, a questão da cidadania, na Grécia Antiga, reduzia-se a um número

---

<sup>3</sup> Ontologia – é o “estudo do ser”, uma parte da filosofia que estuda a natureza do ser, a existência e a realidade; um aspecto da metafísica que procura categorizar o que é essencial e fundamental em determinada entidade; de caráter racional e dedutivo, que tinha como objetivo estudar os traços mais gerais do ser.

discreto de homens, privilégio que atingia apenas os proprietários de terras – homens livres para os negócios públicos. O grupo dos excluídos era formado pelos escravos, mulheres, crianças, velhos, comerciantes, artesãos e estrangeiros.

Sócrates postulava que a felicidade não estava relacionada apenas ao campo dos desejos e necessidades do corpo, mas algo que se passava pela satisfação da alma, sendo esta tal felicidade atingida por meio de uma conduta virtuosa e justa. Um dos ditos de Sócrates por Xenofonte:

Quanto a ele, discutia constantemente tudo o que ao homem diz respeito, examinando o que é o piedoso e o ímpio, o belo e o vergonhoso, o justo e o injusto, a sabedoria e a loucura, o valor e a pusilanimidade, o Estado e o homem de Estado, o governo e o governante e mais coisas deste jaez, cujo conhecimento lhe parecia essencial para ser virtuoso e sem o qual se merece o nome de escravo. (SÓCRATES, 1972, p. 41).

Para Sócrates, sofrer uma injustiça era melhor do que praticá-la. Dessa forma, conforme Hourdakis (2001), Platão acrescenta, nessa construção de um pensamento ético iniciado por seu mestre, que a razão maior da alma é ser virtuosa e justa, na busca pela real felicidade. Essa conduta deve acompanhar o homem, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Tal modelo tem na figura imaterial do Estado um forte instrumento agregador, interventor e soberano na formação de homens bons e virtuosos, uma vez que se orienta por uma educação moral correta e sadia dos homens. O bem se encontra na política para alcançar a felicidade – fim supremo dos cidadãos.

Na República de Platão, encontramos uma ordem e princípio consistentes na organização e compilação de um primeiro conceito de Estado, garantindo-se a liberdade humana, fundamentada sobre preceitos onde a liberdade individual e a de todos são mantidas harmonicamente. Para Platão “[...] o verdadeiro governante não foi feito, na realidade, para buscar a sua vantagem própria, mas a do governado; de sorte que todo homem preferiria ser obrigado por outrem a se dar o incômodo de obrigar a outrem.” (PLATÃO, 1965, p. 95). Tal modelo influenciou – até os nossos dias - as grandes linhas de uma constituição civil e outras leis necessárias à manutenção da ordem de qualquer sociedade minimamente organizada. O pensamento político de Rosseau ampliará essa discussão da concepção de Estado, compreendendo-o como um órgão promovedor do desenvolvimento integral das potencialidades humanas, terminando por direcionar a uma concepção de um Estado ético que reúne todos os valores em prol da coletividade. Neste modelo de Estado as deliberações públicas estão sempre em sintonia com uma vontade geral, onde os homens alienam seus

próprios direitos passando-os à comunidade; tal vontade geral tratará da soberania que jamais poderá ser alienada. Para Rosseau, o homem não é mal para o homem; ele tornou-se assim no curso da história. O estado natural não é o estado da barbárie, do instinto violento e da afirmação do mais forte. O homem possui uma capacidade de subverter o talento da virtude quando inserido na cultura. O pensador sugere que um Estado estruturado é aquele no qual o homem consegue resgatar esse elo perdido com o seu *estado natural*. A concepção sócio-política de Rosseau levanta essa antítese entre natureza e cultura, entre estado natural e estado civil.

A Politeia ou Polis - termos gregos que recebem o nome de “Res- publica”, na tradução de Cícero para o latim – não se confunde com nenhum dos regimes dominantes da Grécia clássica – a oligarquia e a democracia (MIRANDA FILHO, 1996). O problema é que esses regimes quando vividos concretamente não contemplam a totalidade da pólis. Esta é regida por leis que refletem uma expressão do grupo hegemônico da cidade: a democracia ou a oligarquia. Cada um desses dois regimes – quando se encontra no poder - é excludente, uma vez que não contemplam a totalidade da pólis, contrapondo-se ao conceito de Estado que é includente e plural. Somente no modelo ideal contido na República de Platão não existe lutas de interesses ou conflitos; somente ali é possível se conceber um Estado puro, livre de lutas entre ricos e pobres. Conceitualmente, a Politeia apresenta-se como capaz de reunir diferentes tipos de homens - agrupados em seus nichos -, e trabalhando em prol do bem de toda a coletividade. O ideal de justiça apresenta-se como uma noção implícita nesse modelo de organização: o de um Estado justo que trabalha pelo bem comum entre todos e de cada um. Conforme Miranda Filho (1996), o princípio e o fim desse Estado ideal se articulam completamente. O princípio é assegurado quando a liberdade individual e a coletiva são mantidas harmonicamente. O fim é o da concretização da justiça, entendida como o bem comum.

Aristóteles retomará essa temática na *Política* quando apresenta *pluralidade* como uma expressão da pólis e *bem comum* e *virtude* como representantes da justiça por excelência. O filósofo, discípulo de Platão, aprofundará - nesse escrito sobre a origem da pólis - um pouco sobre esse destino do homem na construção de uma sociedade justa e de igualdades, uma vez que o homem é um animal político dotado de uma destinação naturalmente superior e constituído de *logos* – uma linguagem sofisticada que é a razão -, sendo próprio, desta capacidade, saber separar aquilo que é superior ou inferior ao progresso dos homens; aquilo

que é justo e o que é injusto. É a reunião de todos esses valores que constituem a família e a pólis. É justamente essa faculdade superior de entender as coisas, a partir da descoberta do “nous” (inteligência) como princípio em Anaxágoras, e recuperada por Sócrates na sua investigação ontológica no *Fédon*<sup>4</sup> de Platão. Aristóteles retoma essa premissa do homem racional voltado para o bem de todas as coisas. Para que o homem alcance a felicidade tornam-se necessárias duas condições: que se definam os objetivos e a finalidade de cada uma de suas ações e que estes deverão estar em comum acordo um com o outro. Um dado importante da moral aristotélica é o fato de ser flexível, uma vez que admite – por um lado - que o alcance da felicidade não se passa pela riqueza, riqueza e bens materiais são apenas os meios de se alcançar a felicidade; por outro, coloca os bens materiais como indispensáveis no alcance da felicidade. “Não é possível ao homem que vive na pobreza ou a quem se tortura na roda ser feliz”. (HOURDAKIS, 2001, p. 52). Observamos, assim, alguns elementos que vão se somando e criando vazios intransponíveis no traslado dessas compreensões para a formação do homem contemporâneo ocidental que logo mais à frente examinaremos. Observamos que a concepção de razão para esse período clássico está vinculada à noção do bem, tratando-se, desta forma, de uma razão ética (moral e costumes) – principal fim do homem. A polis se constitui num meio à aquisição da virtude e o homem é mais do que um animal político, por que dotado dessas faculdades superiores. Essa condicionante teleológica do homem à polis e à virtude é um dos pontos mais emblemáticos do pensamento clássico que causará sérias controvérsias nos teóricos da Idade Moderna. Superando o idealismo socrático, Aristóteles compreende que uma coisa era “conhecer o bem” e outra era “fazer e realizar o bem”. Vejamos sua compreensão a respeito da “escolha”:

Ele chamou a atenção, sobretudo, para o ato da “escolha” (*prohairesis*), que vinculou estreitamente ao ato de “deliberação”. Quando queremos alcançar determinados fins, nós, estabelecemos, mediante a “deliberação”, quais e quantos são os meios que colocaremos em ação para chegar àqueles fins, dos mais remotos aos mais próximos. A “escolha” opera sobre estes últimos, transformando-os em ato. Assim, para Aristóteles, a “escolha” diz respeito apenas aos “meios”, não aos fins; portanto, nos torna responsáveis, mas não necessariamente bons ( ou maus). Com efeito, ser “bom” depende dos fins e, para Aristóteles, os fins não são objeto de “escolha”, mas sim de “volição”. Mas a vontade quer sempre e só o bem, ou melhor, aquilo que “aparece nas vestes de bem”. Desse modo, para ser bom, é preciso querer o “bem verdadeiro e não aparente”; mas só o homem virtuoso, ou seja, o homem bom sabe reconhecer o verdadeiro bem. [...] Aquilo que Aristóteles busca, mas ainda não consegue encontrar, é o “livre-arbítrio” [...] Aristóteles compreendeu e afirmou que o homem virtuoso vê o verdadeiro em toda

---

<sup>4</sup> *Fédon* – Platão fala que há uma interdependência entre os planos da percepção e da inteligibilidade. Nesse diálogo Sócrates fala sobre a morte, a ideia, o destino da alma ( mentempicose), dentre outros temas.

coisa, considerando que é norma e medida de toda coisa”. Mas não explicou como e por que o homem se torna virtuoso. Assim, não é de surpreender o fato de que Aristóteles chegue a sustentar que, uma vez que o homem se torna vicioso, não pode mais deixar de sê-lo, embora, na origem, fosse possível não se tornar vicioso. Somos obrigados, porém, a reconhecer que não apenas Aristóteles, mas também nenhum outro filósofo grego conseguiu resolver essas aporias, pois só com o pensamento cristão é que o Ocidente iria descobrir os conceitos de vontade e de livre-arbítrio. (REALE; ANTISERI, 2003, p. 221).

É, portanto, a família como a *célula mater* e, em seguida, a cidade-estado que criam suas leis tendo em vista a correta educação dos seus cidadãos. Para Aristóteles:

[...] a natureza de cada coisa é precisamente seu fim. Assim, quando um ser é perfeito, de qualquer espécie que ele seja, - homem, cavalo, família -, dizemos que ele está na natureza. Além disso, a coisa que, pela mesma razão, ultrapassa as outras e se aproxima mais do objetivo proposto deve ser considerada a melhor. Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. É, portanto, evidente que toda cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política. Aquela que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem, segundo Homero: *um ser sem lar, sem família e sem leis*. (ARISTÓTELES, 1998, p. 11).

Aristóteles defendia que a *virtude* não nasce com os homens, mas nós nascemos com a capacidade de recebermos e aperfeiçoá-la no exercício da familiaridade. Conforme Hourdakís(2001), sobre a obediência dos homens às leis, o modelo de Estado aristotélico deve encorajá-los e exortá-los ao caminho da virtude em favor do bem e exilar os incorrigíveis ou os politicamente incuráveis. Esse caminho se dá através da educação que promove no ser a supressão da alienação e a restituição da integridade e da autenticidade, isto é, permite que o homem realize, mediante ações superiores e atividades concretas, suas qualidades potenciais e a realização do espírito.

A educação grega à época do surgimento das *polis* permanecia elitizada e as primeiras escolas criadas atendiam preferencialmente os filhos das classes ricas da antiga nobreza e de comerciantes ricos. Em Esparta o processo educativo é supervisionado pelas autoridades políticas, uma vez os indivíduos eram preparados desde cedo para servir ao Estado; nesta cidade, quanto em Atenas, havia o costume se conservar somente as crianças saudáveis. Conforme Giles (1987), Aristóteles compartilha da ideia de Platão compreendendo que a Cidade só será virtuosa quando todos os cidadãos que a formam forem virtuosos, sendo o meio de formar o cidadão virtuoso o processo educativo. A educação se encontrava circunscrita somente à escola e à família, uma vez que a *polis* desenvolvia atividades culturais



coletivas com finalidades e objetivos educativos voltados à população e à formação do cidadão cívico, harmônico e obediente ao estado. Conforme Jaeger ( 1994, p.):

Os sofistas (séc. V a.C.) implantaram um tipo de educação superior paga, preparando os mestres numa didática voltada ao ensino da virtude, da Arete política – arte da persuasão utilizando a retórica, a dialética e a oratória - voltada à formação dos homens públicos. Sócrates (469 -399 a.C.) e seu discípulo Platão (428/7 a 348/7 a.C.) , contrapondo-se a este tipo de ensino considerado corruptível e imoral à juventude daquela época, utilizam a *Paidéia* - um outro conceito de educação e cultura - onde contemplavam os valores tradicionais, tais como a verdade, justiça, virtude, bem, retidão, etc., visando a formação do homem integral, concebendo o homem nas suas várias esferas: física, moral, estética, religiosa e política. Nesse modelo, comunidade e indivíduo se transformam e evoluem de maneira responsável e colaborativa.

Vemos o despontar de um movimento de conscientização nessas sociedades antigas em torno de ideias coletivistas e igualitárias, mesmo que atendendo, inicialmente, de forma parcial, apenas às camadas produtivas, já é um prenúncio de futuras reivindicações coletivas mais abrangentes que se fortalecerão ao longo do desenvolvimento das sociedades. Tal fenômeno acontece em torno dos ideais de democracia que suscitaram outros processos mais complexos ao longo da caminhada civilizatória, como os da urbanização, conscientização, o surgimento da percepção da miséria, indignação e desigualdade.

Compreendemos que a instituição do fenômeno pobreza, em qualquer época, tem sua origem na formação das primeiras cidades, onde demandas de pessoas chegadas dos campos, de imigrantes, escravos, alforriados e marginalizados possuíam condições extremamente precárias de sobrevivência. Os registros sobre esse fenômeno no mundo antigo são voláteis e pouco mensuráveis, atendendo mais aos interesses das elites. A igualdade parece algo inerente aos homens muito civilizados, já que estes possuem meios semelhantes de obterem bem estar e felicidade. Somente com o advento do capitalismo é que surgem regulações em torno da institucionalização da pobreza, com a intencionalidade de se conter as massas de trabalhadores, através de políticas e estratégias que minimizassem os conflitos de classes. No final da Idade Média o surgimento das manufaturas, dos profissionais especializados, as Corporações de Ofício e associações de artesãos atrelam uma nova configuração na organização da sociedade; cidades vão se formando em volta dos burgos – conjuntos de habitações fortificadas que funcionavam como residência para os burgueses. A dinâmica da economia dessas novas cidades, em função do comércio intenso, trouxe levas de camponeses para tentar nova vida junto a esses centros urbanos. Os indivíduos que não se encaixavam nessa nova configuração se aglomeravam gerando conflitos derivados pela necessidade de

integração, pela disputa de apropriação de um espaço no cenário constituído, pela luta por uma moradia digna e uma condição mínima de sobrevivência.

O mercantilismo vigorou do século XV ao final do século XVIII suscitando movimentos coletivistas de ideias igualitárias que provocaram a intervenção direta do Estado – ou *O Leviatã*, de Thomas Hobbes, que traz um estudo do comportamento do *homem no estado de natureza* até a sua transformação no *homem artificial* – como autoridade máxima a dirigir as vontades individuais numa única emanada de todos os homens. Diferentemente do *homem natural* do pensamento de Rosseau, que se apresenta como bom e justo, os homens no *estado da natureza*, na definição de Thomas Hobbes são egoístas, agressivos, lascivos, insaciáveis, individualistas e condenados a viverem de maneira solitária, animalesca e necessitam de uma crescente intervenção autoritária do Estado. “Onde não há Estado, conforme já se mostrou, há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho, na qual cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força [...]”. (HOBBS, 2006, p.184). O *homem no estado de natureza* dá lugar ao *homem artificial* através de um pacto voluntário firmado por todos os homens, a fim de se protegerem do instável estado de natureza. Nasce assim o Estado civil e o contrato firmado entre os homens e o Estado; o homem transfere a um terceiro os seus interesses, que substituirá a vontade de todos, renunciando, desta forma, a todo o direito e a toda liberdade que prejudique a paz. No mundo moderno, em oposição ao mundo antigo, os assuntos privados provocaram inquietação muito maior, graças às liberdades usufruídas naquelas sociedades. Novas elites se estabeleceram e os pobres continuaram sendo escamoteados de todo o processo de desenvolvimento. O que fica bastante evidente, desde a aurora da civilização urbana, nos registros dessas transformações ocorridas, no progresso dessas sociedades, é um sistemático processo de invisibilidade que sofrem esses sujeitos às margens do desenvolvimento, cuja cidadania lhes é subtraída de maneira contumaz e friamente pela indiferença a qual se encontram submetidos por aqueles que detêm o poder.

A conjuntura político-social e econômica mundial dos dias de hoje trabalha sob a perspectiva de minimizar essas diferenças. O documento da UNESCO “Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão”, alerta que essa chaga social precisa ser extirpada do cenário nacional e mundial, uma vez que a sua conservação é uma violação dos direitos humanos que necessita ser extinta. A permanência e crescimento da pobreza, nos países da América Latina e no restante do mundo, é um desafio sobre o qual os governos, bem como os organismos internacionais, precisam unir forças para amenizar essa

disparidade num mundo globalizado e com perspectivas de prosperidade sem precedentes. Conforme este documento, “políticas redistributivas e autopromotoras” (UNESCO, 2003, p.18) necessitam ser implantadas para minorar o crescimento da vulnerabilidade dessas populações de desvalidos.

A educação, como um produto da cultura, estruturou-se, ao longo da caminhada civilizatória, atendendo sempre aos interesses das classes dominantes, deixando às margens desse processo pobres, miseráveis e estigmatizados. Há uma estreita relação entre conhecimento e cultura, uma vez que o desenvolvimento intelectual, emocional e espiritual de qualquer cidadão se passa pelo estudo dos costumes válidos de conduta de uma determinada sociedade, fornecendo-lhe padrões de comportamento e todo um aparato simbólico daquilo que necessita ser preservado, apreendido e integrado. Em meio a esse tipo de dominação simbólica que perpassa toda a construção histórica, os pobres, excluídos e marginalizados de todos os tempos não se reconhecem como membros e integrantes dessas culturas. A cidadania é um bem das classes dominantes e economicamente ativas e serve de barganha para conceder privilégios àqueles que se enquadram na formatação por elas validada, quando sua maior finalidade deveria ser a de corrigir as distorções provocadas pelos diversos tipos de dominação.

Observamos todo o esforço desses primeiros teóricos na sistematização de uma política justa para o homem grego antigo. Compreendemos que - para aquele momento histórico - esses sujeitos epistêmicos dispuseram do mais sofisticado dos recursos para explicar o mundo, as coisas e as relações por eles observados: o conhecimento. Se os modelos concretos ou ideais foram coerentes e justos a História e os tempos atuais podem nos sinalizar. O título de cidadão era o mais cobiçado e algo conferido aos adultos do sexo masculino que Aristóteles classificou de homem “político”. O homem virtuoso é o *homo intellectus*, onde se encontra a parte mais elevada da alma - a alma racional, o intelecto ativo. Existiam outros grupos com direitos e papéis diversos dentro das cidades. Além desses, havia os excluídos representados pelas mulheres, pelos escravos e estrangeiros. A mulher é entendida como um ser intelectualmente inferior ao homem, cabendo-lhe as tarefas domésticas, por possuir uma inteligência eminentemente prática. À mulher cabia a criação dos filhos, amamentação, nutrição e as tarefas do lar. Sobre privação de direitos e privilégios nesse modelo de sociedade, vejamos:

[...] Aristóteles não considera “cidadãos” todos aqueles que vivem em uma Cidade e sem os quais a Cidade não poderia existir. Para ser cidadão é preciso participar da administração da coisa pública, ou seja, fazer parte das Assembleias que legislam e governam a Cidade e administram a justiça. Consequentemente, nem o colono nem o membro de uma cidade conquistada podiam ser “cidadãos”. E nem mesmo os operários, embora livres (ou seja, mesmo não sendo cativos ou estrangeiros), poderiam ser cidadãos, porque falta-lhes o “tempo-livre” necessário para participar da administração da coisa pública. Desse modo, os cidadãos revelam-se de número muito limitado, ao passo que todos os outros acabam, de alguma forma, sendo meios que servem para satisfazer as necessidades dos primeiros. Nessa questão, as estruturas sociopolíticas do momento histórico condicional o pensamento aristotélico a ponto de leva-lo à teorização da escravidão. Para ele, o escravo é como que “um instrumento que precede e condiciona os outros instrumentos”, servindo para a produção de objetos e bens de uso, além dos serviços. E o escravo é tal “por natureza”[...] como os escravos eram frequentemente prisioneiros de guerra, Aristóteles sentiu necessidade de estabelecer também que os escravos não deveriam resultar de guerras dos gregos contra os gregos, mas sim das guerras dos gregos contra os bárbaros, dado que estes são inferiores “por natureza”. É o velho preconceito racial dos gregos que Aristóteles reafirma, pagando também neste caso pesado tributo à sua própria época e sem perceber que ia contra os princípios da própria filosofia, que se prestavam a desdobramentos em direção oposta. (REALE; ANTISERI, 2003, p. 221).

Aristóteles defendia que ao servo-escravo cabiam-lhe as tarefas manuais, não sendo reservada nenhuma prática intelectual, uma vez que implicaria a ele disponibilidade tempo, direito esse reservado somente aos homens livres; atividade intelectual exigiria atributos e qualidades espirituais das quais era totalmente desprovido. Vejamos o que Aristóteles entende sobre a condição do escravo:

Assim, em toda parte onde se observa a mesma distância que há entre a alma e o corpo, entre o homem e o animal, existem as mesmas relações; isto é, todos os que não têm nada melhor para nos oferecer do que o uso de seus corpos e de seus membros são condenados pela natureza à escravidão. Para eles, é melhor servirem do que serem entregues a si mesmos. Numa palavra, é naturalmente escravo aquele que tem tão pouca alma e poucos meios que resolve depender de outrem. Tais são os que só têm instinto, vale dizer, que percebem muito bem a razão nos outros, mas que não fazem por si mesmos uso dela. Toda a diferença entre eles e os animais é que estes não participam de modo algum da razão, nem mesmo têm o sentimento dela e só obedecem a suas sensações. Ademais, o uso dos escravos e dos animais é mais ou menos o mesmo e tiram-se deles os mesmos serviços para as necessidades da vida. (ARISTÓTELES, 1998, p. 15).

Uma filosofia tão sofisticada - como a desses três representantes do mundo antigo grego, do ponto de vista da hermenêutica -, trazendo conceitos tais como o de justiça, de bem, de equidade, de cidadania, etc., mostra-se frágil e estéril, uma vez que não foi capaz de resolver esses vieses segregativos, abrindo uma lacuna de reforços negativos que se refletem

até os dias de hoje, do ponto de vista de construções equilibradas de igualdades e tolerâncias. Vemos claramente que a ação histórica do homem ocidental está calcada numa desigualdade ratificada e referendada inclusive por aqueles que se intitulam detentores da sabedoria. A suposta ordem construída, portanto, pressupõe, conforme Bourdieu (2000, apud MACIEL, 2008, p. 4), que “as estruturas cognitivas não são formas de consciência, mas disposições do corpo”, uma vez que os inúmeros chamamentos do mundo em sociedade, como tal, só funcionam para aqueles que estão inclinados a observá-lo e têm um traço muito mais ligado a determinadas estruturas corporais (a história no seu estado corporal) profundamente enraizadas dos sujeitos sociais, do que mesmo a construções do intelecto (a história no seu estado objetivado).

Bourdieu (2000, p. 82) entende que a compreensão da ação histórica do homem – para além do seu estado objetivado -, se faz presente em seu estado incorporado tornando-se um *habitus*<sup>5</sup>. O mundo social tal qual o percebemos e para o qual somos feitos está vinculado a uma relação de posse, privilégios e submissões.

### **3 A IDEIA DO HOMEM NATURAL EM ROSSEAU**

Para Jean Jacques Rousseau o principal instrumento de desigualdade entre os homens está associado ao surgimento da propriedade privada e a vida em sociedade é o principal fomentador de desigualdades, uma vez que promove o engessamento do homem por meio de tantas convenções e formalidades. Como um saudosista nato de uma vida em sociedade voltada para os sentimentos mais nobres do espírito humano, concebe - na sua obra - “Um homem natural” de natureza íntegra, moral e fisicamente, não opressor, bom e justo. O desequilíbrio do homem tem origem no social. A partir dessa hipótese de trabalho, Rousseau aponta tudo que ficou para trás desse modelo de homem natural e que foi descartado ou suprimido pelo processo civilizatório. O espírito competitivo não faz parte da essência do homem, sendo algo que foi incorporado ao longo da história. No *Contrato Social* sua concepção de Estado propõe um modelo social a partir da consciência complexa do homem e totalmente alinhado com a consciência global do homem, onde nenhum interesse privado

---

<sup>5</sup> *Habitus* é um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu com o objetivo de resolver a antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

poderá prevalecer, mas somente a vontade geral pelo bem comum. Os associados a esse modelo são chamados de povo, ou cidadãos e estão todos submissos às leis do Estado. A única obediência que o homem deve é ao Estado.

Partindo dessa premissa expressa pelo Contrato de Rousseau – em 1762 - e trazendo-a para os nossos dias, observamos a falácia das propostas dessa quimera social, na tentativa de se construir sociedades realmente inclusivas e justas, onde as reivindicações gerais convirjam na expressão de um bem coletivo. Conforme Reale e Antiseri (2003, p. 286), Rousseau disse que “O homem é um ser essencialmente social, um animal político”. Se esta é a máxima que nos conduz a patamares de civilidade mais ou menos equilibrados, por que a vida em sociedade é seletiva e segregacionista? Por que o homem – enquanto ser social - ainda não conseguiu aglutinar esses patamares de solidariedade e justiça coletivas num grau de eficácia minimamente confortáveis?

Alguns países conseguiram padrões razoáveis de desenvolvimento humano, porém isto não significa que conseguiram erradicar a pobreza de suas faixas territoriais. Também nesses países encontramos todas as mazelas produzidas por economias que excluem os menos capacitados - os que vivem às margens dos bens e serviços disponíveis. O acesso a estes é um privilégio somente dos economicamente produtivos. Um caso mais recente, por exemplo, é o desafio pelo qual passa a Europa com a imigração compulsória de maciços contingentes de refugiados de guerra, originários do Oriente Médio e do continente africano tornando-se alvos de rejeição e ódio xenofóbico. Os países da União europeia têm à frente um imenso desafio que é o de encontrar uma alternativa política madura capaz de atender às necessidades daqueles que fogem de situações em conflito sustentadas e estimuladas por países do próprio bloco europeu, bem como de seus aliados americanos.

Um dos efeitos mais danosos das aquisições territoriais ocorridas no período da colonização europeia foi o da propagação da miséria, do domínio histórico, cultural e social sobre os países colonizados. Genocídios e mortes simbólicas perpassam toda gênese das reflexões. O próprio conceito de pobreza do qual dispomos é resultado da visão social de mundo da cultura dominante, afastando-nos de um real sentido sobre o mesmo através de mecanismos de dominação extremamente eficientes. Uma vez que o mundo é desigual para o homem, a pobreza – que tem sua origem relacionada ao avanço da exploração e à exclusão do sistema de produção econômica - vem passando por processos de invisibilidade e indiferença - estabelecidas e garantidas -, a ponto de se ignorar o sofrimento humano e todas as situações

de vulnerabilidade decorrentes desse fenômeno social. Ela se destaca como um problema de extrema importância, uma vez que expõe o sistema econômico gerador de desigualdades e transgressor da ordem social.

Encontramo-nos diante de um quadro muito complexo construído em torno do silêncio e ausência de caminhos minimizadores da distância entre pobres e ricos, da eficácia de políticas menos injustas por uma educação de qualidade para todos os homens. Bem como são imensuráveis os caminhos e desafios que ainda temos que trilhar rumo à constituição de uma cidadania planetária. Rousseau viveu no século da Revolução Francesa, da “Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão” e da pouco explorada “Declaração dos Direitos da Mulher”. Foi justamente nesse período que a educação saiu das mãos da Igreja e passou a ser uma responsabilidade do Estado. A História nos sinaliza que - a partir da constituição desses documentos - mudanças políticas em torno de uma educação para todos adquiriram importância e influenciaram na produção de documentos e assembleias até os nossos dias. O antecessor de Rousseau, Comênius, - no século XVII, período da Revolução Industrial – já previra que se deveria ensinar tudo para todos. Rousseau trabalhou sobre três perspectivas: a educabilidade do ser humano, a autonomia e a ideia de um projeto emancipatório, entendendo que ensinar a ler, escrever e aprender contas não era o razoável para uma compreensão da educação. Para Rousseau (1983), o homem e o mundo são obras inacabadas, em constante transformação, sendo o *aprender* e o *ensinar* partes da própria natureza humana. Segundo Streck (2004), Comênius entendeu que o conhecimento deveria ser sistematizado de forma a se adaptar melhor à mente da criança, enquanto Rousseau disse que se deveria conhecer melhor o ser em crescimento ao invés dessa preocupação com um programa a ser vencido.

Conforme Rousseau (1983), a natureza do homem não é social; a ideia de ser sociável e político é um advento do processo civilizatório do *homem natural*. O homem nasce livre, porém a vida em sociedade coloca-lhe grilhões. E qualquer tipo de escravidão não possui legitimidade. No Contrato Social, Rousseau diz que a única maneira de se fugir a essa noção de submissão é unir-se à vontade geral - onde se encontram todas as vontades individuais -, e essa mesma adesão à vontade geral assegurará a liberdade individual. As ideias de autonomia e cidadania aparecem já dentro dessa noção de vontade geral, formando-se um “corpo moral e coletivo” que dão origem ao Estado. Os cidadãos são os membros e a sua totalidade constituirá o povo.

Para Rosseau (1983), a *desigualdade* se origina na constituição do Estado e se legitima a partir do advento da sociedade civil quando alguém cercou o primeiro pedaço de terra e disse que aquela lhe pertencia e outros acreditaram. A autonomia rosseauriana não deve ser uma precursora da desigualdade, uma vez que o *contrato social* garante isonomias a todos. A desigualdade só se desenvolveu devido ao estabelecimento da propriedade e das leis; estas serviram para garantir a propriedade e legitimar as desigualdades.

Rousseau diz que é impossível a educação do cidadão sem a educação do homem. Entenda-se que, para Rosseau (1995), a mulher era considerada um ser humano menor, defeituoso e reduzido à metade, porém muito útil ao homem na introdução deste à sociedade. Por possuir uma razão eminentemente prática, propõe uma educação especial para as mulheres, ficando assegurada a aprendizagem do bordado e da costura como um caminho natural para sua formação, já que leitura e escrita são tarefas muito trabalhosas. Uma mulher intelectualizada é a ruína de toda a sua família e todo mundo. (Idem, 1995), nela a mãe cidadã é responsável pela criação do cidadão para a sociedade do *Contrato Social* e um exemplo a ser copiado no controle das emoções para a garantia da ordem civil.

Na sociedade do *Contrato* os argumentos teológicos - sobre a origem do mal e a possibilidade de uma nova vida são descartados - prevalecendo aqueles sustentados pela razão. Esta escolha não a isenta, no entanto, das arbitrariedades que o progresso carrega consigo. Há uma ambiguidade, no pensamento de Rosseau, quando defende e exalta as qualidades do *homem natural* que se contrasta com o *homem racional* e civilizado. Essa vontade de se unir ao estado natural das coisas foi algo bastante recorrente no período em que essas teorias tentavam ganhar forças no cenário mundial em ebulição. Observemos a seguinte compreensão:

A criação do estado da natureza corresponde à vontade de encontrar – agora pela razão – uma natureza universal. Na época em que se fundavam colônias, se traficavam escravos, se dizimavam os índios, o estado da natureza era o indicador que permitia reduzir todos e tudo a um critério universal, mesmo que fosse para mostrar o lado negativo da sociedade. O bom selvagem, por exemplo, se torna o meio para mostrar aos civilizados o que eles não são. A célebre expressão do holandês Caspar Barleus, no século XVII, de que não há pecado ao sul do Equador sinaliza que há no planeta regiões que estão fora do circuito do bem e do mal. (STREK, 2004, p.72).

O homem civilizado é um homem doente, cindido e incompleto. Há dois lados na modernidade que são inconciliáveis: o do triunfo e o do fracasso. Para Rosseau (1983), o



homem natural se perdeu com a construção do estado civil. O modelo de homem, em Rosseau, nasce carente de formatação para as necessidades da sociedade, passando a ideia de um ser artificial e desconectado de sua real natureza vencendo o tempo como um autômato. Para este teórico, se quisermos estudar sobre a sociedade precisamos mergulhar no entendimento a respeito do homem - este é a medida de todas as coisas. Não dar para se pensar na sociedade separado dela; somente através de nossa própria ação na sociedade é que teremos capacidade de examinar a ação dos outros. Como o entendimento da sociedade se dá dentro dessa dinâmica de “encontrar-se inserido”, as observações levantadas pelo examinador serão de grandes incertezas devido à proximidade e à distância com os fenômenos observados.

A *paidéia*<sup>6</sup> moderna rosseauiana entende que a educação será uma responsabilidade pública. A eficácia do *Contrato Social* dependerá do grau de comprometimento com a educação dos seus cidadãos capacitando-os na ajuda mútua e com uma escola igual para todos. Em plena metade da segunda década do século XXI, ainda pairamos diante de um dos maiores desafios para atingirmos uma educação de qualidade para todos que é o fenômeno da pobreza. Silenciosamente esse direito tem sido negado aos povos de inúmeros países, principalmente daqueles cujos índices de desenvolvimento humano estão abaixo das expectativas e recebem a classificação de países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Os protagonistas desse fenômeno da pobreza, no Brasil, são representados em primeira instância pelos índios, negros e mulatos – sujeitos destituídos de voz, elevados à categoria de invisíveis e às margens do processo civilizatório. Essas grandes massas de expropriados estão totalmente destituídas de qualquer capital humano, uma vez que não tiveram o mínimo acesso à educação e, porquanto, não possuem qualquer formação para o trabalho, sobrando-lhes atividades de baixa remuneração e pouco qualificada. A sociedade brasileira tem se voltado, num consenso, na busca por caminhos que resolvam as desigualdades entre as pessoas. Os resultados até agora obtidos ainda são muito tímidos, mas as autoridades competentes têm se debruçado sobre projetos de inclusão e saneamento dessas distorções. Sabemos que o cruzamento de forças no enfrentamento da pobreza é atravessado por correntes ideológicas com alto poder de interferência, uma vez que as políticas sociais implantadas correspondem às formas de pensar dos grupos dominantes e não se correlacionam com as verdadeiras aspirações das grandes massas dos sem voz. Determinadas

---

<sup>6</sup> Paideia – no sentido grego, a formação do homem se dá através de uma educação que visa à formação integral do homem.

ações sociais até mesmo reforçam esta forma de domínio e negação da própria cidadania desses povos.

A trajetória da experiência humana - ao longo do processo histórico sobre o qual nos movemos e somos determinados - não foi ainda capaz de resolver problemas fundamentais como os da partilha, da solidariedade e do respeito entre os seus semelhantes. Movidos por organizações sociais e políticas onde o determinismo do pensamento de alguns sobre os demais é o suficiente para que as desigualdades se cristalizem criando muros intransponíveis de acesso aos bens e serviços disponibilizados pelos sistemas econômicos, perambulam esses anônimos rumo a caminhos cada vez mais obscuros e sombrios.

#### **4 CONTEXTUALIZANDO O PENSAMENTO DE CIDADANIA, EDUCAÇÃO E POBREZA**

Observamos que a trajetória percorrida pelo homem ocidental através do advento da racionalidade até nossos dias não encontrou uma solução para os problemas gerados pelo processo civilizatório. Em toda em qualquer época de nossa História, populações de desvalidos pagam um preço muito alto pelo desenvolvimento das sociedades. O espírito de solidariedade comunal, por refletir um modo rústico e simples de convivência, foi, sistematicamente, nocauteado pelo espírito racional dos conquistadores e compreendido como uma noção de subdesenvolvimento pelos mesmos. Fenômeno que nos leva a entender que tal leitura trata-se de um componente psíquico do inconsciente coletivo agregado por essa classe dominante consubstanciado, conforme as necessidades de dominação, em visões distorcidas da realidade e propagadas como verdades absolutas.

O homem, na ânsia de conquistar a natureza para os seus próprios fins, sentiu-se no direito de se sobrepor a todas as demais espécies e por meio de um hedonismo suicida vem cavando um rastro de destruição dos bens não renováveis por onde passa, ameaçando a sua própria sobrevivência e a de outras espécies. Encontramo-nos diante de um Midas<sup>7</sup> subversivo e com um poder avassaladoramente destrutivo. Competência intelectual desviada de um verdadeiro senso de justiça, respeito, retidão, igualdade e solidariedade não condizem com uma real noção de desenvolvimento. A grande falácia do *homo intellectus* foi o

---

<sup>7</sup> *Midas* – da mitologia grega, o rei Midas acabou tendo uma maldição, ao pedir para transformar em ouro tudo que tocasse.

deslumbramento narcísico da sua capacidade de abstração que, elevada a essa máxima potência do *Cogito, Ergo Sum*<sup>8</sup> de Descartes, sobrepôs-se a todas as demais capacidades tão necessárias quanto o pensar abstrato. O sentir de maneira afetiva nossa presença no mundo, as sensações que se derivam desse contato físico, desse prazer de perceber-se dividindo um espaço com a vida à sua volta, é justamente esse elo de proximidade, de semelhança perdido que necessita ser resgatado para o bem e o equilíbrio de toda a vida sobre o planeta.

Em nome do Cristianismo, de soberanos, da racionalidade, da liberdade e da democracia caminhos foram abertos para que os conquistadores ocidentais dizimassem culturas locais, povos e civilizações inteiras, construindo impérios de destruição em massa; haja vista as duas, não muito distantes, grandes guerras mundiais deixando sequelas que se refletem até os nossos dias. Não podemos retroceder mais ao estado natural das relações - metáfora copiada dos gregos e recuperada pelos pensadores modernos para anestesiá-las e conter as massas -, uma vez que o Modernismo demonstrou a ineficácia de suas promessas. Também não podemos ignorá-lo, mas talvez repensá-lo sob a perspectiva de um novo humanismo que lide com as questões de maneira global, holística e ecologicamente sustentável. Há uma urgência em nos aproximarmos de todas as experiências: culturais, sociais, materiais, natureza e tecnologias em prol de uma melhoria das condições de vida dos que ainda se encontram sem representação e são os verdadeiros desvalidos do processo civilizatório; cidadanias continuam sendo, tacitamente, sonegadas dentro desta formatação criada pelo mundo moderno e contemporâneo.

Um questionamento que compartilhamos é o seguinte: por que pobreza e educação, apesar de todo o aparato governamental, tecnológico e científico, ainda são uma chaga que continua a crescer até mesmo nas sociedades mais desenvolvidas? Pobreza e injustiça social andam juntas em meio aos ricos e aos economicamente ativos. O fato é que a grande maioria dos desvalidos desses continentes conquistados nunca se desvencilhou desse arquétipo de morte e destruição simbólica. Para as classes economicamente ativas, a pobreza é uma condição perigosa por reunir deformidades, ignorância e miséria. A educação que poderia ajudar esta camada da humanidade no resgate de uma cidadania realmente digna é, sistematicamente, subtraída; pelo simples fato de não se dar a real importância em compartilhá-la com esses “cidadãos” sem identidade, por aqueles cuja ordem política agrega, privilegia e forma apenas os seus pares. Políticas assistencialistas não tem dado conta do

---

<sup>8</sup>, *Cogito, Ergo sum* – Princípio desenvolvido por Rene Descartes (1596-1650) quando deixou de lado os princípios da filosofia escolástica do magister dixit, criando o sistema conhecido como cartesianismo.

grande abismo de miséria que se formou a partir das organizações sociais sucessivas ao longo da trajetória civilizatória. As sociedades recentes encontram-se estruturadas em cima de um modelo econômico de exploração dos recursos naturais não renováveis e exploração da força de trabalho do trabalhador. O desenvolvimento atende apenas a uma parcela da humanidade situada nas faixas dos países industrializados, transformando outros milhões de seres humanos apenas em dados estatísticos indicadores de privação, subnutrição e miséria.

O homem é o único ser vivo capaz de degradar e esgotar as fontes de recursos naturais. Em meio a esta nova ordem mundial e a todo este caos instituído surge, no cenário mundial, ideias de sociedades sustentáveis. Este novo paradigma propõe novos hábitos, no sentido de se planejar um crescimento que contemple o equilíbrio dos recursos naturais - onde se retire da natureza aquilo que ela pode repor -, a fim de que possamos atingir um desenvolvimento integral. Somente a tomada de uma nova consciência, por reconhecimento da formação do homem integral, amparado pelo respeito aos seus semelhantes e à natureza, dando-lhes o devido reconhecimento e dignidade é que seremos capazes de recuperar esse elo perdido de solidariedade e respeito para com o todo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, prevê, - no escopo desse documento, como um ideal comum a ser atingido através da educação, igualdade de direitos dos homens e das mulheres -, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana como direitos inalienáveis. Após ela diversos pactos, tratados e convenções internacionais produziram, gradualmente, um conjunto de medidas mundiais para a proteção dos direitos humanos.

No Brasil, o Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, atualiza o Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, da Secretaria De Direitos Humanos da Presidência da República mencionando as seguintes diretrizes, entre outras:

[...] universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza [...] segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente, etc., refletindo um amplo debate democrático sobre as políticas públicas dessa área. (BRASIL, 2010, p.11).

Vemos nessas medidas o esforço dos governos e colaboradores como ONG's, organizações comunitárias, fundações privadas, entre outros, em se sanar todos esses fenômenos segregativos, de incivilidade urbana, de insegurança pública, de danos ambientais e negação de direitos contida em cada uma dessas interfaces. Mas ainda é insuficiente tudo o que foi feito, uma vez que multidões de anônimos vagam de forma instável e precária, sem o mínimo de habilidade para alcançar um estado de bem-estar. Essa vulnerabilidade tira toda a capacidade de agir desses indivíduos e fá-los entenderem-se como sujeitos sem identidade e sem vínculos com toda a conjuntura social. Instituída a anomia, os laços de solidariedade se quebram, restando-lhes somente a matriz da não atuação dos direitos humanos, da degradação e da estigmatização desses desmembrados da convivência em sociedade.

Os valores universais atingirão a sua máxima quando os direitos humanos atenderem a todas as camadas da humanidade. O êxito dessa meta tem relação direta com cuidado e respeito mútuo nas relações sociais, principalmente para com aqueles que se encontram às margens da sociedade, tais como os marginalizados, os estigmatizados, os excluídos, bem como todas as minorias.

Pensar numa sociedade inclusiva a partir da reflexão desses autores mencionados implica, antes de tudo, conforme sugere Morin (2011, p. 103), não ignorarmos que “a dominação e a servidão são as raízes bio-antropológicas da exploração, que ela própria tem raízes muito profundas na organização das sociedades históricas”. O desenvolvimento não pode prescindir as autonomias individuais e as participações comunitárias. O subdesenvolvimento mental dos supostamente desenvolvidos tem uma raiz moral, psíquica e intelectual. (MORIN, 2011). A democracia nasceu na via marginal da história, no meio dos mais diversos sistemas de dominação e tirania. Há uma urgência por um caminho crítico de ressignificação dos conceitos - explícitos e implícitos - na construção das sociedades ditas desenvolvidas, da escassez de solidariedade por trás da fartura, da maledicência e agressividade dos intelectuais de plantão e, por fim, da proliferação das ideias gerais e vazias que refletem a mutilação, a perda do global, do fundamental. (MORIN, 2011). Um novo processo de humanização exige uma ética do desenvolvimento, uma vez que não existem mais certezas absolutas de uma lei do progresso.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões que fazemos a partir do fluxo dessas primeiras formações dos conceitos na Grécia e suas projeções sobre a construção do pensamento ocidental são no sentido de alertar-nos para o processo ilusionista do qual todos nós somos reféns na assimilação destes conceitos. Não devemos ter receio em desconstruir um pensamento fixo, para encontrarmos caminhos alternativos à crise de valores sobre a qual o homem caminha a passos largos. O permanente é instável e merece ser reexaminado, a fim de que nos entendamos como seres renovadores e construtores do bem.

Antes que possa chamar-se de civilizada a nossa sociedade terá que resolver esses problemas gerados por ela mesma. O conhecimento racional deverá unir forças com outros tipos de compreensões de mundo mais inclusivas. Quando se diz que a educação não é um domínio de determinados grupos como pobres, marginalizados, estigmatizados, mulheres e crianças isto produz um efeito em cadeia de ordem devastadora, construindo-se outros estados de cidadania. A negação desta, bem como de uma educação igualitária para todos apresenta-se como um dos problemas não superados e gritantes da atual conjuntura mundial.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEDH). **Programa nacional de direitos humanos (PNDH-3)**. Brasília : SEDH/PR, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martin clarete Ltda, 2006.

HOURDAKIS, Antoine. **Aristóteles e a educação**. São Paulo:Edições Loyola, 2001.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MACIEL, C. A. B. Desigualdade e a indiferença com a pobreza. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 19, n.1, 1-11, jan./abr.2008.

MIRANDA FILHO, Mário. **Politéia e virtude: as origens do pensamento republicano clássico**. 1996. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/textos#História>. Acesso em: 28 out .2016.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. 309 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar; Kern, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. 6.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração sobre o Direito e Dever dos Indivíduos, Grupos e Instituições que promovem e protegem os direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos**. Genebra: 1998 (E/CN.4/1998/98)

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PLATÃO. **Fédon**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: homem natural**. São Paulo: Paulus, 2003. 1 v.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÓCRATES. **Defesa de Sócrates; Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates e Apologia de Sócrates; As Nuvens**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1972.

STRECK, Danilo R. **Rosseau e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNESCO. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.